

Egon Bockmann Moreira

Andreia Cristina Bagatin

Sérgio Cruz Arenhart

Marcella Pereira Ferraro

# Comentários à Lei de Ação Civil Pública

Revisitada, Artigo por Artigo, à luz  
do Novo CPC e Temas Atuais

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora Responsável*

**MARISA HARMS**

*Diretora de Operações de Conteúdo*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Editores:* Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Assistente Administrativo Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

*Coordenação*

**DANIEL CÉSAR LEAL DIAS DE CARVALHO**

*Analistas de Operações Editoriais:* Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim, Patrícia Melhado Navarra, Rafaela Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Qualidade Editorial e Revisão

*Coordenação*

**LUCIANA VAZ CAMEIRA**

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

*Analistas Editoriais:* Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecilia Andreo e Mayara Crispim Freitas

*Capa:* Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

*Coordenação*

**CAIO HENRIQUE ANDRADE**

*Analista Administrativo Editorial:* Antonia Aparecida Pereira

*Analista de Produção Gráfica:* Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Comentários à Lei de ação civil pública :  
revisitada, artigo por artigo, à luz do novo CPC e temas atuais / Egon  
Bockmann Moreira...[et al.]. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Outros autores: Andreia Cristina Bagatin,  
Sérgio Cruz Arenhart, Marcella Pereira Ferraro  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-203-7014-8

1. Ação civil - Brasil 2. Ação pública - Brasil 3. Interesses difusos (Direito)  
- Brasil I. Moreira, Egon Bockmann. II. Bagatin, Andreia Cristina. III. Arenhart,  
Sérgio Cruz. IV. Ferraro, Marcella Pereira.

16-06943

CDU-347.922(81)(094.56)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Leis comentadas : Ação civil pública :  
Processo civil 347.922(81)(094.56) 2. Leis : Ação civil pública : Comentários : Brasil :  
Processo civil 347.922(81)(094.56)

## SUMÁRIO

### ART. 1.º

/

1.1.	Novos tempos, novos direitos e novos processos .....	34
1.2.	Sociedade de massa, demandas de massa, tutelas de massa .....	40
1.3.	A LACP e a lógica dos processos coletivos .....	44
1.4.	As novas relações de direito material e o processo coletivo .....	47
1.5.	A morte dos contratos bilaterais e da simetria de informações: consequências para os processos coletivos .....	50
1.6.	Alguns dos desafios da LACP: contratos e negócios plurilaterais .....	53
1.7.	Alguns dos desafios da LACP: contratos administrativos.....	55
1.8.	Alguns dos desafios da LACP: contratos relacionais, relações jurídicas multipolares e redes contratuais .....	57
1.9.	<i>Remedies precede rights</i> : a constituição de direitos pelo processo .....	64
1.10.	A LACP e a hermenêutica concretizadora dos processos coletivos .....	69
1.11.	A aplicabilidade da LACP para concessão de qualquer forma de tutela e a importância da técnica antecipatória .....	72
1.12.	Danos, ato ilícito e abuso de direito .....	76
1.13.	Atos ofensivos à moralidade pública ou privada, dano moral e a tutela coletiva.....	81
1.14.	Dano moral coletivo e dano social.....	87
1.15.	A proteção do patrimônio público como probidade administrativa.....	97
1.16.	Proteção do patrimônio público: direito financeiro.....	99
1.17.	Proteção do patrimônio público: direito financeiro e a reserva do possível.	102
1.18.	Proteção do patrimônio público: direito real administrativo e os bens públicos .....	107
1.19.	Proteção do “patrimônio público e social” .....	112
1.20.	Proteção do patrimônio público: dispensa e inexigibilidade de licitação..	113

1.21. Proteção do patrimônio público e a “prescrição da ação civil pública”	118
1.22. LACP, serviços públicos e ordem judicial para licitar.....	122
1.23. Contrato administrativo nulo: vedação ao enriquecimento sem causa da Administração e seus limites.....	125
1.24. Lesão ao patrimônio público e a “relativização da coisa julgada” por meio de ACP.....	128
1.25. Proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	137
1.26. Proteção do meio ambiente e os princípios do direito ambiental.....	141
1.27. Proteção do meio ambiente, princípio da precaução e desenvolvimento nacional sustentável.....	145
1.28. Danos ao meio ambiente e responsabilidade objetiva .....	150
1.29. Proteção do meio ambiente, licitações e contratos administrativos .....	153
1.30. Proteção do consumidor: a LACP e o desafio dos contratos de consumo.....	155
1.31. A LACP e o direito à cultura: proteção a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico .....	158
1.32. Direito à cultura, proteção do patrimônio público e tombamento.....	162
1.33. Proteção da ordem urbanística .....	166
1.34. Proteção de quaisquer interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.....	168
1.35. Proteção de direitos individuais homogêneos, procedimento bifásico e sentença condenatória genérica.....	174
1.36. Infrações e danos à ordem econômica.....	178
1.37. A proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos...	185
1.38. LACP, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.....	186
1.39. Proteção da pessoa com deficiência.....	189
1.40. ACP e controle de constitucionalidade.....	193
1.41. ACP e controle de leis anteriores incompatíveis com a Constituição ..	195
1.42. A proibição quanto a tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos.....	196
1.43. ACP e acordos em regimes tributários especiais.....	199

1.44. ACP e o <i>habeas corpus</i> .....	200
1.45. ACP vs. ADPF e o sistema prisional .....	201

## ART. 2.º

2.1. O “dano” e o foro de propositura da ação .....	203
2.2. Os critérios constitucionais de determinação da competência: “justiça especializada” vs. “justiça comum” e Justiça Federal vs. Justiça Estadual....	205
2.3. A “competência funcional”: competência territorial absoluta .....	207
2.4. Competência absoluta e “dano multilocal” .....	209
2.5. Competência territorial absoluta e dimensão geográfica do dano: o art. 93 do CDC .....	210
2.6. Competência originária do STF: causas e conflitos interfederativos ....	214
2.7. A falta de competência originária dos tribunais para ações civis públicas contra autoridades (a inexistência de prerrogativa de foro) .....	216
2.8. Um <i>hard case</i> de definição de competência: transferência de verbas federais .....	218
2.9. Conexão, continência e prevenção: as especificidades das ações coletivas ..	221
2.10. Conexão, reunião de processos coletivos e os §§ 2.º e 3.º do art. 55 do CPC .....	225
2.11. Conexão entre ação coletiva e ação individual? .....	226
2.12. A litispendência quanto a ações coletivas .....	228
2.13. Ausência de litispendência com ações penais .....	231

## ART. 3.º

3.1. A aparente vocação da ACP: reparação de danos .....	233
3.2. As necessidades impostas pelo direito material e ACP contra o ilícito, independentemente da ocorrência de danos .....	235
3.3. As formas de tutela do direito veiculáveis por ACP .....	237
3.4. O objeto da ACP: “condenação em dinheiro”, “obrigação de fazer” e “obrigação de não fazer” .....	240
3.5. A conjunção “ou” contemplada neste artigo .....	246
3.6. Atos contrários à proteção do meio ambiente, danos ambientais e a “cumulação de obrigações” (fazer, não fazer e indenizar) .....	247

3.7.	A cumulação de pedidos em ACP.....	248
3.8.	A cumulação de pedidos referentes a direitos transindividuais e individuais homogêneos .....	252
3.9.	Cumulação de pedidos e o “julgamento antecipado parcial do mérito” ...	254
3.10.	A ACP, o controle de políticas públicas e o princípio da deferência.....	255
3.11.	A ACP, políticas públicas e as reformas – construções estruturais .....	258

## ART. 4.º

4.1.	Alterações legislativas .....	261
4.2.	Tutela cautelar e antecipação de tutela .....	262
4.3.	Tutela cautelar, tutela inibitória e tutela de remoção de ilícito.....	264
4.4.	As “medidas cautelares nominadas” e as ações coletivas.....	267
4.5.	A legitimidade <i>ad causam</i> para a cautelar.....	269

## ART. 5.º

5.1.	As condições da ação e o CPC/2015.....	272
5.2.	A ACP e as condições da ação .....	275
5.3.	A ACP e a prevalência do exame do mérito.....	277
5.4.	A ACP e a possibilidade jurídica do pedido .....	279
5.5.	A ACP e o interesse processual.....	280
5.6.	A ACP e a legitimidade para postulação de tutela de direitos coletivos ou de massa.....	282
5.7.	Legitimados coletivos, fins institucionais e falta de interesse.....	284
5.8.	A comunicação entre o art. 5.º da LACP e o art. 82 do CDC .....	285
5.9.	Outras fontes de legitimação: indígenas, sindicatos, partidos políticos, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, investidores no mercado de valores mobiliários .....	287
5.10.	A ACP e a legitimação extraordinária concorrente e disjuntiva .....	290
5.11.	ACP, legitimação extraordinária e litisconsórcio entre os legitimados... ..	292
5.12.	ACP, legitimação extraordinária e assistência .....	294
5.13.	ACP e a participação de titulares dos direitos individuais homogêneos ..	297
5.14.	ACP, pluralidade de interesses e o <i>amicus curiae</i> .....	298

5.15. A missão constitucional do Ministério Público .....	301
5.16. A legitimidade do Ministério Público .....	305
5.17. A legitimidade do Ministério Público e os direitos individuais homogêneos.....	307
5.18. O Ministério Público, a defesa do “patrimônio público e social” e seus limites .....	314
5.19. Ministério Público e os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional .....	317
5.20. Ministério Público como <i>custos iuris</i> : dever de intimação.....	320
5.21. Ministério Público como <i>custos iuris</i> e a duplicidade de órgãos.....	320
5.22. Legitimidade concorrente do Ministério Público Estadual e Federal...	322
5.23. A organização interna do Ministério Público e a atribuição para ajuizamento da ACP.....	323
5.24. A legitimidade do Ministério Público do Trabalho.....	325
5.25. A missão constitucional da Defensoria Pública.....	329
5.26. Defensoria Pública e mandado de segurança coletivo .....	335
5.27. A contagem de prazos para Ministério Público e Defensoria Pública ..	336
5.28. A legitimidade da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.....	337
5.29. A legitimidade de autarquia, fundação, empresa pública e sociedade de economia mista.....	340
5.30. A legitimidade da OAB .....	341
5.31. A legitimidade de órgãos despersonalizados.....	343
5.32. A legitimidade das associações .....	345
5.33. A (des)necessidade de autorização dos associados .....	348
5.34. A legitimidade de sindicatos e a autorização dos sindicalizados.....	352
5.35. Polo passivo da ACP, reconvenção e ação rescisória contra a coletividade ou o grupo.....	354
5.36. Polo passivo da ACP, litisconsórcio e coletivização passiva.....	360
5.37. ACP e denúncia da lide .....	367
5.38. Desistência infundada e abandono da ACP .....	368
5.39. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	370

5.40. O TAC como título executivo .....	376
5.41. O TAC e a ACP .....	378
5.42. O TAC e seus limites.....	380

**ART. 6.º**

6.1. Faculdade e dever: a regra dirigida à generalidade das pessoas e a dirigida aos servidores públicos .....	385
6.2. A faculdade outorgada às pessoas em geral .....	386
6.3. Servidores públicos e a relação administrativa especial.....	387
6.4. Distinções entre dever, obrigação e ônus: a norma dirigida aos servidores públicos.....	388
6.5. Dever jurídico sem sanção pelo descumprimento? .....	389
6.6. As possíveis sanções decorrentes da infração ao dever jurídico do art. 6.º.....	391
6.7. A função secundária do art. 6.º: proteção ao servidor que denuncie ...	392

**ART. 7.º**

7.1. Juízes como servidores públicos em sentido amplo .....	395
7.2. O destinatário da norma em questão: a “instituição” Poder Judiciário	395
7.3. Remessa de peças e remessa dos autos .....	396
7.4. Dever de comunicação e o CPC/2015 .....	397
7.5. Dever do réu de informar a existência de demandas repetitivas .....	399

**ART. 8.º**

8.1. O direito fundamental de acesso a informações públicas e de obtenção de certidões.....	401
8.2. A Lei de Acesso à Informação .....	404
8.3. O “ <i>poder</i> ” de requisição e o controle da prerrogativa de solicitar informações .....	406
8.4. Assimetria informacional e dever de prestar informação: relevância para a LACP .....	408
8.5. O inquérito civil.....	410
8.6. Inquérito civil, contraditório e provas.....	411



8.7. O inquérito civil e a Resolução CNMP 23/2007.....	416
8.8. O inquérito civil e o princípio da publicidade.....	420
8.9. Inquérito civil, justiça especializada e atribuições do Ministério Público ....	421
8.10. A possibilidade de edição de recomendação administrativa.....	422

## **ART. 9.º**

9.1. O âmbito de aplicação do dispositivo: procedimentos cíveis.....	429
9.2. O arquivamento por ausência de “justa causa” .....	430
9.3. O arquivamento como consequência da realização da tutela do direito ..	431
9.4. O arquivamento e as hipóteses de decadência do direito ou prescrição da pretensão.....	432
9.5. Arquivamento, improbidade administrativa e o princípio da insignificância.....	434
9.6. O rito do arquivamento .....	438
9.7. A preservação da independência funcional do membro do Ministério Público .....	439
9.8. A parcial promoção de arquivamento .....	439
9.9. Os efeitos do arquivamento do inquérito civil .....	440

## **ART. 10.**

10.1. O bem jurídico tutelado pelo tipo penal.....	441
10.2. Tipo objetivo.....	442
10.3. Tipo subjetivo .....	446
10.4. Consumação e tentativa.....	446
10.5. A suspensão condicional do processo.....	447

## **ART. 11.**

11.1. A preferência pela tutela específica.....	449
11.2. “Execução específica” e “multa diária”: a atipicidade dos meios executivos .....	450
11.3. A atipicidade dos meios executivos e as prestações pecuniárias .....	452

11.4. Fungibilidade das técnicas executivas .....	453
11.5. A atipicidade dos meios executivos e os deveres instrumentais.....	454
11.6. A natureza da multa prevista no dispositivo.....	454
11.7. Emprego <i>ex officio</i> da multa ou outra técnica executiva.....	455
11.8. Multa exorbitante ou irrisória .....	456
11.9. O sujeito passivo da multa .....	458
11.10. Cominação da multa: obrigatoriedade vs. faculdade .....	459
11.11. O destinatário dos valores decorrentes da aplicação da multa .....	460
11.12. A cobrança do valor da multa: necessidade de procedimento de execução? .....	462
11.13. A cobrança do valor da multa e a Súmula 410 do STJ.....	464

## ART. 12.

12.1. Mandado liminar: natureza cautelar ou satisfativa .....	467
12.2. Requisitos para concessão da liminar de urgência: a probabilidade e o perigo .....	468
12.3. Perigo de irreversibilidade .....	470
12.4. Improbidade administrativa, indisponibilidade de bens e perigo de dano .....	471
12.5. A exigência de requerimento da parte .....	471
12.6. Fungibilidade e plasticidade da medida de urgência .....	473
12.7. Decisão <i>inaudita altera parte</i> e justificação prévia.....	474
12.8. Tutela antecipada coletiva requerida em caráter antecedente.....	476
12.9. Tutela coletiva de evidência .....	478
12.10. Liminar em litígios coletivos pela posse de imóveis.....	479
12.11. Liminares contra o Poder Público .....	480
12.12. LACP, liminares e prazo para cumprimento da ordem judicial .....	484
12.13. Recorribilidade da decisão que aprecia o pedido de liminar .....	485
12.14. Reforma vs. suspensão da decisão liminar: agravo de instrumento e pedido de suspensão .....	486
12.15. O pedido de suspensão: cabimento .....	488
12.16. O pedido de suspensão: legitimidade ativa.....	488

12.17. O pedido de suspensão: prazo, competência e procedimento .....	489
12.18. Atipicidade dos meios executivos para atuação da liminar .....	490
12.19. A exigibilidade da multa prevista no dispositivo .....	491

## ART. 13.

13.1. A origem dos valores destinados ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos .....	495
13.2. A destinação de valores relativos à condenação por lesão ao patrimônio público em sentido estrito .....	497
13.3. A inspiração para criação do fundo: <i>fluid recovery</i> .....	498
13.4. A “concorrência” do Fundo de Defesa de Direitos Difusos com outros fundos .....	498
13.5. O processo coletivo-estrutural e a destinação do valor da multa .....	500
13.6. A destinação dos valores recolhidos ao fundo .....	502
13.7. O uso dos valores recolhidos ao Fundo para programas educacionais, execução de atividades de competência da Administração Pública e custeio de perícias.....	505
13.8. O conselho gestor do fundo e a cogestão com o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial.....	507

## ART. 14.

14.1. Recursos no sistema da ação civil pública .....	509
14.2. Regra geral: cumprimento imediato das decisões.....	509
14.3. Cumprimento provisório da decisão proferida em ação civil pública ..	510
14.4. “Dano irreparável” para a outorga de efeito suspensivo aos recursos ..	513
14.5. Modulação do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> .....	514
14.6. Desistência de recursos e renúncia ao direito de recorrer em ações coletivas .....	515
14.7. Reexame necessário .....	515
14.8. Efeito suspensivo em apelação .....	516
14.9. Efeito suspensivo em recurso especial e recurso extraordinário .....	517
14.10. O efeito suspensivo dos recursos vs. a suspensão de liminar e de decisão final.....	517

**ART. 15.**

15.1. O cumprimento de sentença na LACP .....	519
15.2. Efetivação de sentenças sobre direitos difusos e coletivos.....	520
15.3. Cumprimento de sentenças coletivas a respeito de direitos individuais homogêneos.....	520
15.4. Execução, direitos transindividuais e condenação certa .....	521
15.5. Execução, direitos individuais homogêneos e condenação genérica....	522
15.6. Legitimidade ativa para o cumprimento de título judicial coletivo.....	525
15.7. Legitimidade ativa para o cumprimento de outros títulos judiciais .....	525
15.8. Cumprimento por iniciativa dos legitimados coletivos, direitos individuais homogêneos e o prazo de um ano.....	526
15.9. Execução por sindicatos e dispensa de autorização .....	527
15.10. Execução individual e dispensa de vínculo com a entidade associativa ou autorização à sua anterior atuação em juízo.....	529
15.11. Execução individual, legitimidade da Defensoria Pública para a ACP e exequente não hipossuficiente.....	532
15.12. Execução e legitimidade ativa em TACs .....	534
15.13. Execução de decisões do Tribunal de Contas e legitimidade do Ministério Público .....	536
15.14. Execução e legitimidade passiva.....	536
15.15. Competência para liquidações e execuções individuais da decisão coletiva .....	537
15.16. Execução individual e prazo prescricional .....	540
15.17. Discussão sobre a legitimidade para execução coletiva e o prazo para execução individual .....	541
15.18. Execução individual contra a Fazenda Pública e interrupção do prazo prescricional .....	542
15.19. Execução individual e honorários advocatícios .....	543
15.20. Execução individual e termo inicial dos juros de mora.....	544
15.21. Execução individual, condenação genérica e a multa de 10% do art. 523, § 1.º, do CPC .....	546

15.22. Execução individual e a vedação do art. 100, § 8.º, da Constituição – ARE 925.754-RG/PR.....	547
15.23. Conversão das ações individuais em liquidação e execução da decisão coletiva genérica .....	548

## ART. 16.

16.1. Panorama da coisa julgada nas ações coletivas.....	551
16.2. Eficácia da decisão vs. coisa julgada .....	554
16.3. Eficácia da decisão, competência territorial do órgão prolator e o foro para ajuizamento das execuções individuais .....	556
16.4. Os diferentes entendimentos do STJ quanto à “coisa julgada <i>erga omnes</i> , nos limites da competência territorial do órgão prolator” .....	557
16.5. Inconstitucionalidade da limitação territorial .....	563
16.6. Limitação territorial e as regras de competência do art. 93 do CDC....	567
16.7. Direitos individuais homogêneos e coisa julgada para os legitimados coletivos – REsp 1.302.596/SP.....	569
16.8. Direitos individuais homogêneos: da coisa julgada à isonomia .....	571
16.9. Aproveitamento da “coisa julgada <i>erga omnes</i> ” no processo individual e a exigência de prévia suspensão (art. 104 do CDC) .....	572
16.10. Mandado de segurança, direitos individuais homogêneos e coisa julgada ..	575
16.11. Coisa julgada, improcedência por insuficiência de provas e direitos individuais homogêneos – REsp 1.302.596/SP .....	578
16.12. Formação de coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	582
16.13. Mandado de segurança e improcedência por falta de provas .....	584
16.14. O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada .....	585
16.15. Coisa julgada e improbidade administrativa .....	587

## ART. 17.

17.1. A presunção de boa-fé da litigância .....	591
17.2. A litigância de má-fé e a LACP .....	592
17.3. O diálogo entre o art. 17 da LACP e o art. 80 do CPC.....	593
17.4. A natureza jurídica da condenação, a sanção processual e o contraditório prévio .....	594

**ART. 18.**

18.1. Dispensa do adiantamento de custas: exclusividade da parte autora e aplicabilidade a qualquer legitimado coletivo .....	597
18.2. Dispensa do adiantamento e despesas dos auxiliares do juízo .....	598
18.3. Os benefícios da justiça gratuita e a pessoa jurídica.....	600
18.4. Isenção de “taxas judiciárias” .....	600
18.5. Fixação de honorários de sucumbência em favor do Ministério Público.....	600
18.6. Os ônus da demanda e a comprovada má-fé .....	601

**ART. 19.**

19.1. O CPC como legislação residual.....	603
19.2. “Tutela provisória” em ação civil pública .....	604
19.3. Aplicação do art. 19 à ação de improbidade administrativa .....	604
19.4. CPC e prova emprestada em ACP .....	604
19.5. CPC e atos instrutórios concertados.....	606
19.6. A prova indiciária e a prova estatística ou por amostragem no processo coletivo .....	606
19.7. ACP, procedimento comum e a necessidade de adequação procedimental ao caso concreto.....	607

**ART. 20.**

20.1. A regulamentação do fundo de direitos difusos .....	609
20.2. Outros fundos.....	610

**ART. 21.**

21.1. O CDC e sua harmonização com a LACP.....	611
21.2. A interpretação no microsistema e a maior efetividade da tutela coletiva ..	612
21.3. A redação ampliativa dos direitos protegidos pela LACP .....	614
21.4. O CDC e os direitos individuais homogêneos.....	615
21.5. Os direitos individuais homogêneos e sua “relevância social” .....	616
21.6. O CDC e a invalidação de cláusulas contratuais .....	617
21.7. O CDC e a distribuição do ônus da prova .....	618

**ART. 22.**

22.1. Aplicabilidade imediata de novas normas processuais .....	619
22.2. LIA e fatos anteriores à tipificação das condutas ímprobas .....	620

**ART. 23.**

23.1. Carência de boa técnica legislativa .....	621
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	623
---------------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	639
-----------------------------------	-----

AUTORES.....	651
--------------	-----